



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

ST 1: ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O RURAL NO PLANEJAMENTO TERRITORIAL: CATEGORIAS DE ANÁLISE E REPRESENTAÇÕES

THE RURAL IN TERRITORIAL PLANNING: ANALYSIS CATEGORIES AND REPRESENTATIONS

Cássio Alexandre BARIVIEIRA¹, Silvia Lima de AQUINO²

Resumo:

O objetivo principal deste trabalho, parte da elaboração de uma reflexão acerca do termo rural, buscando identificar as pré-noções e concepções espontâneas que estão ligadas ao conceito e que por vezes dificultam a sua interpretação, ou enviesam as políticas públicas que tratam do mesmo. A partir de uma revisão bibliográfica, buscou-se evidenciar a genealogia da disputa dualista a que o rural está atrelado. Posteriormente, apresenta-se o papel assumido pelo Estado Novo, como agente portador de uma visão de modernidade, associada a urbanização, o papel da literatura pré-modernista na construção das representações acerca do rural e do homem do campo, e também, o papel da sociologia rural enquanto agente que reificou a tendência de se valorizar o urbano. Semelhante a isto, demonstra-se a tendência predominante do planejamento territorial em reificar estas disputas dualistas, sobrepondo o urbano sobre o rural, revelando as lacunas não preenchidas do planejamento territorial do Brasil. Ao final, é apresentado um panorama acerca do rural e as três correntes de pensamento que categorizam este espaço no Brasil na contemporaneidade.

Palavras-chave: categoria analítica; representações; dicotomia; planejamento; território.

Abstract:

The main objective of this work, part of the elaboration of an reflection about rural term, seeking to identify the pre-notions and espontaneous conceptions that are linked to the concept, and that sometimes hinder interpretations or vies the public policies that deal with it. From a bibliographic review, sought to highlight the genealogy of the dualistic dispute to which the rural is linked. Subsequently, the role assumed by the New State is presented, as an agent with a vision of modernity associated with urbanization, the role of pre-modernist literature in the construction of representations about the rural and rural people, and also, the role of rural sociology as an agent that reified the tendency to value the urban. Similar to this, demonstrates the predominant tendency of territorial planning to reify these dualist disputes, overlapping the urban over the rural, revealing one of the unmet gaps in Brazil's territorial planning. At the end, is presented three currents of thought that categorize this space in Brazil today.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - UFRGS - Litoral Norte. E-mail: cassio.bariviera@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais - Professora Adjunta - Departamento Interdisciplinar. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte. E-mail: silvia.aquino@ufrgs.br.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Keywords: Analysis categories, representations, dichotomy, planning, territory.

INTRODUÇÃO

Opiniões políticas, história pessoal, o senso comum popular e o senso comum erudito, ambos podem ser caminhos capazes de enviesar a maneira como o observador interpreta o seu objeto. No caso da ciência, para que haja a conquista do fato científico, é necessário desenvolver sobre ele um processo analítico, capaz de colocar em jogo tanto as classificações e representações espontâneas, como também as verdades cientificamente aceitas, ou as que se passam por elas, como é o caso do senso comum erudito, recusando o empirismo que reduz o fato científico a uma mera constatação.

No caso do planejamento territorial, pressupõe-se a necessidade de uma compreensão mais abrangente dos espaços rurais, visto as suas múltiplas dimensões: a dimensão física, representada pela ocupação do território e aos seus símbolos, a dimensão do espaço vivido, abarcando as particularidades do modo de vida e a referência identitária e a dimensão de lugar de onde se vê e se vive o mundo, ou seja, onde se dá a cidadania do homem e da mulher rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade. (BACELAR, T. et al., 2014: sp).

A realidade rural não pode ser mais concebida de forma isolada, vistas as suas crescentes relações de interdependência. Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho é o de elaborar uma reflexão sistemática acerca do termo rural, engendrado principalmente pela ideia da dualidade entre campo e cidade, buscando “interrogar sistematicamente o caso particular, constituído em ‘caso particular do possível’, como diria Bachelard, para retirar dele as propriedades gerais ou invariantes que só se denunciam mediante uma interrogação assim conduzida” (BOURDIEU, 2002, p. 32), buscando evidenciar uma necessidade de compreensão conceitual que está para além da academia, portanto, também no cotidiano daqueles que planejam e agem diretamente sobre estes espaços.

A importância deste trabalho se dá pela necessidade de refletir acerca das questões que rondam o imaginário social acerca do rural, as pré-noções e concepções espontâneas que estão ligadas ao conceito e que por vezes dificultam a sua interpretação, assim como, problematizar as classificações atribuídas a ele nas mais diversas esferas sociais, visto que estas incidem de forma direta sobre o imaginário das populações, sobre as políticas públicas e até mesmo sobre os seus agentes promotores.

Enquanto caminho metodológico, parte-se da premissa da construção de uma linha do tempo, a qual tem a finalidade de evidenciar a genealogia desta disputa dualista a que o rural está atrelado. Através de uma revisão bibliográfica, buscar-se-á identificar a história social do rural,



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

evidenciando o modo como este objeto se constituiu, se institucionalizou, e a quais agentes sociais e interesses ele está a serviço.

A revisão bibliográfica deste trabalho se deu em dois momentos, o primeiro deles foi composto pela busca de informações, de forma a alimentar a construção da ideia norteadora através de leituras e da organização dos fatos, e o segundo, pela seleção das informações e materiais considerados válidos para a sua integração. Enquanto reflexão, cabe mencionar que a produção do conhecimento não se dá de forma isolada, mas sim numa busca contínua, a qual cada nova informação inserida é utilizada de forma a completar ou contestar aquilo que está sendo abordado. (ALVES, 1992, p. 54).

Segundo Alves (1992) o papel da revisão bibliográfica é o de iluminar o caminho a ser percorrido pelo pesquisador, desde a definição do seu problema de pesquisa, até a correta interpretação dos seus dados. A má qualidade desta revisão pode comprometer todo um estudo, evidenciando o importante papel da vigilância epistemológica sustentado por Bourdieu (1999).

Iniciando pela teoria materialista de Lefebvre (2001, p. 49), apresenta-se o surgimento dessa dualidade através da divisão social do trabalho, e em contraposição, traz-se a teoria idealista de Maria Isaura de Queiroz (1979), a qual sustenta que são as construções históricas as responsáveis pela distinção entre o urbano e o rural.

Na sequência, são levantados dados referentes aos períodos da primeira república e também do papel do Estado Novo como agente impulsionador da ideia de cidade enquanto modelo de organização social e espacial desejado. Junto a isto, são apresentados os dados referentes aos processos de modernização da agricultura ocasionados pela revolução verde e também o papel da literatura pré-modernista brasileira na construção das representações acerca do rural e do homem do campo, assim como, o papel da sociologia rural enquanto agente que reificou a tendência de se valorizar o urbano.

Em seguida, elabora-se um panorama contemporâneo acerca do termo, abordando o fato de que a medida em que a introdução de direitos subjetivos e a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados passaram a ser incluídos nos debates, mudanças conceituais acerca do rural foram ocorrendo, iniciando um processo capaz de incidir mais diretamente no imaginário social e no sistema de estratificação vigente. Por fim são apresentadas as três correntes de pensamento que categorizam o rural no Brasil contemporaneamente segundo a autora Maria José Carneiro, os quais podem e devem servir de base para a elaboração de planejamentos mais coerentes com a realidade do rural Brasileiro da atualidade. Ao final, são tecidas as considerações finais e apresentadas as referências bibliográficas utilizadas.



OBSERVADR





A HISTÓRIA SOCIAL DO RURAL E O PLANEJAMENTO

Modernidade e globalização são processos que tem recebido atenção da teoria sociológica contemporânea, visto que tais processos corroboram com novas formações sociais e, por conseguinte, desencadeiam de rupturas e descontinuidades na própria teoria sociológica. (BECK, 1999; GIDDENS, 1991; CASTELLS, 1999).

Champagne (1996) sustenta que devido a difusão das ciências sociais e ao próprio fato de o mundo estar cada vez mais “trabalhado” por elas, por vezes é difícil distinguir uma ideologia espontânea e o que poderia ser considerado como uma análise quase sociológica. Durkheim (1995, p. 16) afirmava a existência de um corte radical entre o que ele designava como pré-noções, “que são os frutos da experiência banal[...] formados pela prática e para ela” e as noções propriamente científicas, cujas o sociólogo deve elaborar e pôr em prática. As fronteiras entre essas duas vertentes ficaram menos definidas e movediças com o tempo, resultando no que Durkheim (1995) denominou como um senso comum erudito, uma espécie de mistura entre senso comum corrente e os produtos das ciências sociais. Para Melo (2006) a separação entre estas vertentes se dá pela racionalidade, onde o cientista não se aproxima do objeto baseado na experiência comum, mas sim através da teoria. (MELO, 2006, p. 03).

Para que o conhecimento comum das opiniões, crenças e preconceitos, juízos relacionados à sua posição social e econômica e do conhecimento teórico baseado em leis gerais não influenciem as análises e resultados das pesquisas sociais, Bourdieu, assim como Bachelard, propõem a “vigilância epistemológica”, como um método a ser seguido.

Logo, para que haja a conquista do fato científico, construído e constatado, segundo Bachelard (1972), é necessário desenvolver sobre ele um processo analítico e reflexivo, recusando o empirismo que reduz o fato científico a uma mera constatação. Elias (2008) nos sugere como parte do procedimento científico, a ruptura com o objeto a que estamos lidando, tratando-o com base em fatos, hipóteses e dados e não apenas com a confirmação de ideias, concepções e percepções que as pessoas têm sobre a própria sociedade e a vida. E para isto, não basta apenas a aplicação de técnicas científicas aos objetos da “sociologia espontânea”. Conforme Bourdieu (1999), é necessário inserir o objeto em uma problemática, a fim de identificar a serviço e interesses de quem ele ocorre, o seu período histórico e a maneira como se institucionaliza enquanto produto de um trabalho social.



II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Acerca do rural, é possível perceber o surgimento de importantes rupturas conceituais de maneira acentuada, principalmente a partir da metade do século XX. Carneiro (1998) comenta que o ritmo das mudanças sociais transformara as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas, elaboradas a partir de representações oriundas de diferentes vertentes, que não necessariamente correspondem à realidade do objeto.

Partindo do que defende Lenoir (1996) de que todos os princípios utilizados para a classificação dos sujeitos em nossa sociedade, até mesmo aqueles que nos parecem ter origem na natureza, como a idade e o sexo, são construções sociais, é fundamental entender as origens das classificações que definem o urbano e o rural.

Para Lefebvre (2001) a construção dessa diferenciação se deu em princípio devido a divisão social do trabalho, onde primeiro ocorre uma diferenciação dentro da cidade, entre o trabalho da indústria e o trabalho do comércio e depois o trabalho agrícola, materializando esta oposição. Em contraposição, Maria Isaura de Queiroz (1979) sustenta que são as construções históricas as responsáveis pela distinção entre o urbano e o rural. A autora aponta que estas classificações são produtos das mentalidades sociais, baseadas em determinados modelos de organização. Segundo a autora, para uma sociedade indígena por exemplo, esta distinção não faria nenhum sentido, enquanto para um membro da sociedade agrária, a cidade poderia ser entendida como um mero polo administrativo, a serviço das comunidades rurais.

Holanda (1994) sustenta que esta foi a realidade brasileira durante os três primeiros séculos da colonização.

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Se... não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, se não de fato, simples dependência delas. Com pouco exagero pode-se dizer que tal situação não se modificou essencialmente até a Abolição. (HOLANDA, 1994. P. 41).

Porém, com a chegada da primeira república e com o Estado assumindo a redenção total da situação colonial e, posteriormente, com o Estado Novo de Getúlio Vargas reificando a modernidade através de um acelerado processo de industrialização, a ideia de espaço urbanizado passou a ser um modelo de organização desejado.

Com os intensos processos de modernização e mecanização da agricultura dos anos seguintes e, posteriormente a revolução verde desencadeada a partir dos anos 1960, as sociedades rurais do Brasil, sofreram profundos impactos em sua estrutura. Para Marschner (2015) este movimento



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

acelerou os processos de diferenciação social, de relativização das tradições e um constante movimento de reformulação da identidade rural, acentuando a ideia de uma dicotomia.

Este paradigma trouxe consigo a noção de uma hierarquia, onde a categoria cidade passou a carregar valores relativos a tudo que é moderno, desenvolvido e civilizado, e a categoria campo passa a ser vista e interpretada, o espaço meramente produtivo, onde predomina a pobreza e o atraso. Marschner (2015) sustenta que esse caráter subalterno relegado ao rural têm uma raiz histórica, constituída a partir de um imaginário hegemônico, onde a representação do rural está vinculada a esquemas classificatórios inconscientes e irrefletidos que servem à uma fração hegemônica como orientação de comportamento.

A literatura também teve um papel influente na construção das representações do rural brasileiro, principalmente com relação a subalternidade atribuída ao campo. Marschner (2015) sustenta que as literaturas do romantismo do século XIX, tipificavam a figura do homem do campo como figura essencial a compor o tipo brasileiro. O autor menciona a obra de José de Alencar “O sertanejo” de 1952 citando a autenticidade, a comunhão com a natureza e a herança indígena como marcas de uma identidade nacional. Porém, a partir da literatura pré-modernista nos anos 1930 e 1940, as ideias urbanizadoras passaram a compor também o cenário literário. Neste período entrou em cena uma das representações sociais mais poderosas sobre o rural no Brasil, a figura do Jeca Tatu.

Marschner (2015) sustenta a figura do Jeca como o *ethos*³ e o *Pathos*⁴ brasileiro. De autoria de Monteiro Lobato e representado posteriormente nos filmes do *Mazzaropi*⁵, Jeca Tatu foi o personagem literário que “calou fundo em nossa representação do homem pobre brasileiro, sobretudo do camponês”. (MARSCHNER, 2015 p. 401).

Jeca Tatu vivia de cócoras, assumindo uma espacialidade e uma temporalidade avessa ao ritmo urbano. O personagem corporificava a ideia de Lobato de que o *ethos* brasileiro é rural. “Jeca Tatu, como és bonito no romance e feio na realidade!” (MARSCHNER, 2015. p. 401).

Marschner (2015) afirma que como parte do imaginário e das representações populares sobre o que é rural e sobre o homem do campo, as características atribuídas a este homem, cujas perduram até os dias atuais em diversas manifestações culturais e no próprio imaginário social, vão contra os debates acerca do campo, principalmente enquanto um espaço que busca pensar em sua

3 **Ethos** refere-se às características que podem influenciar o processo de persuasão.

4 **Pathos** refere-se ao apelo ao lado emocional.

5 **Amácio Mazzaropi** (São Paulo, 9 de abril de 1912 — São Paulo, 13 de junho de 1981) foi um ator, humorista, cantor e cineasta brasileiro. Considerado o maior cômico do cinema brasileiro por interpretar Jeca Tatu.



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

autonomia, sua dinâmica e em projetos de desenvolvimento.

No campo acadêmico, a sociologia rural, segundo Carneiro (2008) também reificou a tendência de se valorizar o urbano. Diante de uma postura fundada em um caráter instrumental e tecnocrático, a sociologia rural, segundo Giordano (1989) voltou-se para um ideário de eficácia e modernização da produção agrícola, o que acabou por reduzi-la à sociologia da atividade agrícola, ou mais especificamente do desenvolvimento da agricultura. Martins (2000) sustenta que essa tentativa de se definir o rural a partir da perspectiva da escassez e do atraso, constituiu-se uma sociologia muito mais baseada na imagem criada pelos sociólogos de como o rural deveria ser, do que da realidade que o constituía.

No campo do planejamento territorial, vemos diferentes abordagens e modos de se pensar o campo, porém, percebe-se de forma ainda bastante presente a predominância do urbano sobre o rural, reificando as antigas dualidades conceituais. Mesquita e Ferreira (2016), sustentam que o planejamento territorial se traduz como uma ferramenta de ordenamento e gestão pública que parte do reconhecimento da realidade local e atual e também da avaliação dos caminhos possíveis para a construção de um referencial futuro. Assim, sugerem que conhecer o território é essencial para que se proponham ações para o ordenamento dos seus modos de uso e ocupação.

Villaça (1999) sustenta que o planejamento territorial no Brasil iniciou por volta do ano de 1875, voltado para o melhoramento e o embelezamento das cidades, refletindo o desejo das classes dominantes em abandonar o passado arcaico e dar lugar a um país eminentemente urbano. Segundo Mesquita e Ferreira (2016), a partir de 1930 o conceito de planejamento ganha novos sentidos; o primeiro deles vinculado à necessidade da reprodução do capital imobiliário nas cidades e conseguinte, devido à luta das classes populares pelo direito à moradia e também à cidade.

Somente em 1988 a partir da nova Constituição Federal é que os direitos sociais, econômicos, políticos e culturais trouxeram à tona o princípio básico da função social da cidade e da propriedade privada, compondo um capítulo voltado exclusivamente ao tratamento da Política Urbana, garantindo aos municípios o papel de principal ator da política de desenvolvimento e de gestão urbana, tendo o Plano Diretor como principal instrumento desta política. Contudo, somente em 2001 é que o Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 07/2001) foi promulgado, definindo uma nova fase para a questão do planejamento urbano no Brasil, momento este, onde o rural também passou a ser considerado no planejamento territorial dos municípios.

A partir do momento que os dispositivos legais estabelecem, mesmo que de forma incipiente, que o Plano Diretor deve legislar também sobre as áreas rurais municipais, sobressaem “a falta de metodologias para a organização desses espaços, o pouco conhecimento do território como um



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

todo e o preconceito em relação ao rural se constituem nos principais obstáculos para o seu desenvolvimento.”(MESQUITA; FERREIRA, 2016, p. 15)

Santos Júnior, Silva e Sant’ana (2011) acrescentam que este processo trouxe à tona o fato de que boa parte dos municípios apresentam dificuldades para implementar seus Planos Diretores, seja devido à falta de recursos técnicos, humanos ou tecnológicos, seja pela ausência de uma cultura participativa, ou pelos próprios conflitos na compreensão das competências com relação a quem pertence o disciplinamento, ordenamento e controle do território rural. Boa parte das disposições legais acerca do rural ainda estão sob a responsabilidade das esferas federal ou estadual, evidenciando o fato de que “[...] a atribuição do Município como regulador do território rural ainda carece de experiências, de instrumentos e de capacidade de gestão para transformar-se em realidade.” (CYMBALISTA, 2007, p. 29).

Assim sendo, a medida em que a introdução de direitos subjetivos e a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados passaram a figurar mudanças conceituais acerca do rural, iniciaram também debates mais relativos à uma noção de identidade, de direito e de espaço na sociedade específicos para esta categoria. Entretanto, no que tange ao ordenamento do território e o disciplinamento do uso do solo rural instituídos por legislações federais e estaduais, Saule Júnior (2004) destaca que estas ainda não consideram as necessidades e o interesse dos habitantes locais, evidenciando as lacunas não preenchidas do planejamento territorial do Brasil.

Sobre o rural do Brasil, Carneiro (2008) sustenta que este pode ser categorizado em três correntes de pensamento na contemporaneidade, as quais podem e devem ser consideradas para pensar os novos rumos do planejamento territorial. A primeira delas parte da premissa do desaparecimento da imagem do camponês, em função dos processos de implementação de modelos de produção hegemônicos e o conseqüente processo de urbanização das localidades rurais, entendido pela autora como a generalização do padrão de vida urbano. Nestes termos, a urbanização seria uma decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

Com relação a esta segunda corrente de pensamento, Carneiro (2008) sustenta a mesma embasada na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas pela dualidade campo–cidade, porém, engendrando “novas ruralidades”. (WANDERLEY, 2000). Baseado em dados censitários da França, Kayser (1996) identifica uma mudança no ritmo do êxodo rural devido a constatação de uma vitalidade social e econômica nas áreas rurais, principalmente nas que deixaram de ter sua dinâmica econômica centrada na atividade agrícola, abarcando novas funções e dinâmicas variadas nestes espaços (KAYSER, 1990, 1996). Nesta perspectiva a figura do agricultor ainda têm um lugar de destaque, visto que cabe a ele domesticar a natureza através



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

do trabalho e manter a estética do “campo”. Nesta ótica a atividade agrícola ainda é a principal referência para qualificar esse “espaço”, seja para afirmar o seu fim (MENDRAS, 1976), seja para definir os novos parâmetros dentro da sua especificidade.

E por fim, adentramos na terceira vertente que, segundo Carneiro (2008), é sustentada pelo fim da dicotomia rural– urbano e voltada para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. Tal perspectiva baseia-se em uma abordagem espacial e em uma economia local ou regional que, por sai vez, permitiria perceber a heterogeneidade sociocultural na ideia de uma continuidade territorial. Sarraceno (1994) critica os critérios de mensuração e definição dos territórios que se fundamentam no fenômeno urbano, reservando ao rural a posição de espaço residual, definida a partir do critério demográfico, assim como o uso recorrente da atividade agrícola como a sua condição de existência. A autora afirma que a perda da capacidade de enxergar a diversidade do mundo social rural, constitui um outro problema para os que insistem em operar com as categorias rural e urbano para distinguir territórios.

Desta síntese, verifica-se a diversidade de pontos de vista acerca do termo rural, assim como a uma realidade que não cabe mais no leque teórico-conceitual sustentando apenas na dualidade rural-urbano promulgadas pelas ciências sociais e pelos modelos hegemônicos do planejamento territorial.

Para Carneiro (2008) a maior dificuldade em atribuímos um significado a essas categorias está relacionado a amplitude a que servem: aos pesquisadores e à academia, objeto de estudo e de especialidades disciplinares, às agências estatísticas, aos governos e também ao senso comum. Para a autora, num tempo em que o resgate da tradição se mistura à revalorização da natureza como um produto voltado ao lazer e a contemplação, são produzidos sentimentos e atitudes que flexibilizam as fronteiras dos universos sociais e de suas teorias, indo de encontro ao trabalho que deve realizar o sociólogo e também o planejador, ao buscar romper com estes conhecimentos e primar pela vigilância epistemológica, de modo a distinguir o verdadeiro do falso, ou ir do menos verdadeiro para o mais verdadeiro, numa constante batalha contra as certezas do senso comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta reflexão permitiu verificar a necessidade de romper com as ideologias espontâneas, principalmente diante de um tema tão amplo e que serve a uma amplitude tão grande de usos como o rural. Nele, é possível perceber importantes mudanças conceituais e descontinuidades teóricas, a partir das representações e categorias que lhe foram atribuídas por diferentes vertentes do conhecimento ao longo do tempo.

Com relação ao planejamento territorial, identifica-se no decorrer do tempo os seus avanços e



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

conquistas em direção a garantia do acesso aos direitos fundamentais e o próprio direito à cidade, presente na Constituição Federal de 1988. Porém, mesmo com a Instituição da Lei Federal 10.257 de 2001, denominada Estatuto da Cidade e do Plano Diretor enquanto instrumento oficial de planejamento e a incorporação das áreas rurais municipais nas suas competências, a falta de metodologias, o pouco conhecimento do território, o preconceito em relação ao rural, o fato de que boa parte dos municípios apresentam dificuldades para implementar seus Planos Diretores e os próprios conflitos na compreensão das competências com relação a quem pertence o disciplinamento, o ordenamento e controle do território rural, constituem-se como os principais obstáculos para o seu desenvolvimento.

Portanto, mesmo com a introdução de direitos subjetivos e a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados nos debates relativos ao direito de espaço na sociedade, há uma significativa parcela de população ainda residente nas áreas rurais que não estão incluídas nestes processos.

Por fim, das três correntes de pensamento que rondam o termo rural nos dias atuais, a segunda e terceira mostram-se mais apropriadas quando o assunto é a busca pela superação da dualidade, ou então pela valorização de um novo rural. A primeira delas parte da premissa do desaparecimento da imagem do camponês, em função dos processos de implementação de modelos de produção hegemônicos e o conseqüente processo de urbanização das localidades rurais, enquanto a segunda embasa-se na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas pela dualidade campo–cidade, porém, engendrando novas ruralidades (WANDERLEY, 2000). Esta perspectiva parte da ideia da diversificação das atividades econômicas, através da inserção de atividades que não necessariamente têm características agrícolas, porém, nesta perspectiva, ainda cabe ao agricultor a tarefa de domesticar a natureza através do trabalho e manter a estética do “campo”.

A terceira sustenta-se pelo fim da dicotomia rural– urbano, voltando-se para qualificar realidades distintas nas sociedades contemporâneas. Baseada em uma abordagem espacial, em uma economia local ou regional, esta ótica permitiria perceber a heterogeneidade sociocultural na ideia de uma continuidade territorial, criticando aqueles que ainda insistem em operar com as categorias rural e urbano para distinguir territórios, quando estas só fazem dificultar a capacidade de enxergar a diversidade social do mundo em que o rural está contido.

Como resultado final, verifica-se a diversidade de pontos de vista acerca do termo rural, assim como uma emergência de novas perspectivas, que coexistem diante da amplitude a que servem: pesquisadores e à academia, às agências estatísticas, aos governos aos planejadores e também ao senso comum. Portanto para isto, cabem as estratégias de ruptura mencionadas no decorrer deste



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

texto, assim como os processos de reflexão e sistematização dos dados, a busca pela genealogia dos termos, a aproximação com a sua origem, a identificação do caráter que lhe foi empregado, e por fim, a própria construção do problema social de forma adequada à realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **O sertanejo**. 5. ed. São Paulo. Melhoramentos, 1952.

ALVES, Alda Judith. “A revisão da bibliografia em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno”. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 81, p. 53-60, maio, 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/990/999>. Acesso em: 12 set. 2020.

BACHELARD, Gaston. **Conhecimento comum e conhecimento científico**. Tempo Brasileiro. São Paulo, nº28, 1972.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do Globalismo, resposta à globalização**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1999.

BOURDIEU, Pierre. 1930-2002. **Ofício de sociólogo. Metodologia da pesquisa na sociologia**. Pierre Bourdieu, Jean-claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude; PASSERON, Jean Claude. **A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A propos de la famille comme catégorie réalisée**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris: EHESS, n. 100, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Sozialer Raum und “klassen”**, Leçon sur la leçon, Zwei Vorlesungen. Frankfurt/Mains: Suhrkamp. 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001: **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição**



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional. 2001

BUENO, L. M. de M.; CYMBALISTA, R. Apresentação. In: BUENO, Laura Machado de Mello; CYMBALISTA, Renato. (Org.). **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial.** São Paulo: Annablume, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade. A era da informação economia, sociedade e cultura.** Vol. 02. São Paulo. Editora Paz e Terra. 1999.

CARNEIRO, Maria, J. **"Rural" como categoria de pensamento.** RURIS - Revista Do Centro De Estudos Rurais – UNICAMP, 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661>

CHAMPAGNE, Patrick. **Iniciação à Prática Sociológica.** Dominique Merllié... et al. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1996.

DURKHEIM, Émile. [1895] **Les règles de la méthode sociologique.** Paris, Altan, Nova ed., 1995.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia.** Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Braga, Portugal: Editora Pax Limitada, 1980.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo. Editora Unesp. 1999.

GIORDANO, Christian. **La ruralité comme phénomène culturel.** Recherches Sociologiques, Louvain, v. XX, n. 3, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque. [1936] **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris: Armand Colin, 1990.

KAYSER, Bernard. **Naissance de nouvelles campagnes.** Paris: Aube, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do Capital.** 2 ed. Rio de Janeiro. Editora DP&A. 2001.

LENOIR, Remi. **Objeto Sociológico e Problema Social.** In: MERLLIÉ, Dominique. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996

LOBATO, Monteiro. **Urupês.** Obras completas de Monteiro Lobato. 1ª série. Literatura Geral. 9ª



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

edição. São Paulo. Brasiliense. 1957.

MARSCHNER, Walter, R. **As representações do espaço rural na literatura modernista, à exemplo do personagem Jeca Tatu.** Estudos de Sociologia. Recife, PE. Vol. 2 N. 21. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235662>

MARTINS, José de Souza. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo. Editora Hucitec. 2000.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans.** Paris: Colin, 1976.

MELO, Alessandro. **A construção do objeto turístico: diálogos com a epistemologia de Gaston Bachelard e Pierre Bourdieu.** IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. UCS. Caxias do Sul, RS. 2006. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenu/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT14-10.pdf. Acessado em 05. fev. 2020.

MESQUITA, Amanda Pires; FERREIRA, William Rodrigues. O MUNICÍPIO E O PLANEJAMENTO RURAL: o plano diretor municipal como instrumento de ordenamento das áreas rurais. **Espaço em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/42561>. Acesso em: 1 set. 2020.

SARRACENO, Elena. Alternative readings of spatial differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economic**, Oxford, n. 21, 1994.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

QUEIROZ, Maria, I. P. **O campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1979.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; SILVA, Renata Helena da; SANT'ANA, Marcel Claudio. Introdução. In: SANT'ANA, Marcel Claudio; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtmann (Org.). **Os planos diretores municipais pósestatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. 296 p.

SAULE JÚNIOR, Nelson. A competência do Município para disciplinar o território rural. In:



OBSERVADR





II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

SANTORO, Paula; PINHEIRO, Edie (Org.). **O planejamento do município e o território rural.** São Paulo: Instituto Pólis, 2004. p. 41-52. (Cadernos Pólis, 8).

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000.



OBSERVADR

